

Requião contesta números do Tesouro

Curitiba — O governador do Paraná, Roberto Requião (foto), disse ontem que apóia integralmente a determinação do ministro Fernando Henrique Cardoso de não repassar verbas federais para estados em dívida com a União, mas contestou os números divulgados pela Secretaria do Tesouro sobre a situação paranaense. Segundo Requião, “espalhou-se pelo País uma dívida do Paraná que não existe”. Ele enviou ao ministro um relatório da dívida do estado, no valor total de 931 milhões de dólares, toda ela negociada com prazo de 24 anos para pagamento. Os números divulgados pela Secretaria do Tesouro davam conta de uma dívida de 2,1 bilhões de dólares.



“O ministro Fernando Henrique tem todo o meu apoio, como patriota, mas está com uma máquina sucateada no seu ministério e precisa dispor de informações mais seguras antes de divulgar dados como estes”, criticou Requião. O governador acha que o ministro tem generalizado as críticas aos estados, por conta de “um discurso político, para reforçar a União”. Na opinião de Requião, as informações divulgadas

pela Secretaria do Tesouro são irresponsáveis. Ele imagina que o número — 2,1 bilhões de dólares — pode ter sido conseguido juntando o principal da dívida do Paraná com todos os juros do período de 24 anos. “Não achei graça nenhuma nesta desinformação”, disse.

O governador disse esperar que o ministro faça prevalecer sua determinação em relação aos estados, mas que também adote medidas contra a União, quando é ela a inadimplente. No documento que enviou a Fernando Henrique, Requião lembra que a União deve à Copel (Companhia Paranaense de Eletricidade) um bilhão de dólares em CRC (Créditos de eResultados a Compensar) e ao Tesouro do Paraná dois bilhões de dólares referentes à construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, construída no governo de Ney Braga. “De repente vira um piquenique. O ministro sai por aí dizendo que todos os governos estaduais estão quebrados, que têm que se explicar. No caso do Paraná, o estado é que quer explicações”, disse.

A queixa sobre a generalização vale também para a situação dos bancos estaduais. “O Banestado foi duas vezes seguidas o banco de maior rentabilidade no Brasil”, lembrou. “Não se pode misturar alhos com bugalhos.

Collares — O governador do

Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), acredita que as negociações com o Governo Federal sobre a dívida gaúcha (5,2 bilhões de dólares) chegarão a uma solução adequada para as duas partes, mas através do seu secretário da Fazenda, Orion Cabral, já comunicou ao ministro Fernando Henrique Cardoso que o Rio Grande do Sul só pode comprometer sete por cento de sua receita líquida — e não os 11 por cento desejados pelo ministro. O pagamento dos sete por cento significaria o desembolso de 152 milhões de dólares por ano da receita prevista de 2,1 bilhões de dólares.

Collares observou que o Rio Grande do Sul detém a quarta maior dívida entre os estados — depois de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro —, mas foi o primeiro a propor, ainda em 1991, a federalização da dívida. Técnicos da Secretaria da Fazenda gaúcha chegaram a realizar estudos para saber a possibilidade de se chegar aos nove por cento, meio caminho entre os sete por cento desejados pelo governador e os 11 por cento de Fernando Henrique Cardoso. Mas o secretário da Fazenda, Orion Cabral, alegou, inclusive na audiência com o ministro em Brasília, terça-feira, que a limitação do estado é mesmo de comprometimento de sete por cento da receita líquida.